

## **OLIVEIRA VIANNA E GILBERTO FREYRE NO PELOURINHO: ANTIRRACISMO E REJEIÇÃO INTELECTUAL**

Rafael Petry Trapp

Mestrando em História pela PUCRS. Bolsista do CNPQ

E-mail: [rafaelpetrytrapp@hotmail.com](mailto:rafaelpetrytrapp@hotmail.com)

### **RESUMO**

Na história intelectual brasileira, Oliveira Vianna está para o pensamento racista como Gilberto Freyre para o pensamento do hibridismo. Contudo, em muitas análises de intelectuais ligados ao Movimento Negro, os dois intérpretes aparecem como racistas. O presente artigo objetiva analisar a trajetória dessa equiparação intelectual que reúne em um campo discursivo comum as análises históricas de Vianna e Freyre, no que se refere à questão “racial”. A leitura de Freyre feita por alguns intelectuais da chamada Escola Sociológica Paulista, a partir dos anos 1960, parece guardar relação com a apreciação desse autor por parte de muitos intelectuais antirracistas, como Abdias do Nascimento e Clóvis Moura. Em várias análises, Freyre é equiparado a Vianna como expoente do pensamento racista, conservador e autoritário. Uma das questões de fundo a problematizar o debate parece ser a da mestiçagem, que, assim como os dois autores, encontra-se, contemporaneamente, no limbo epistêmico do pensamento antirracista.

**Palavras-chave:** Oliveira Vianna. Gilberto Freyre. Antirracismo. Mestiçagem. História Intelectual.

### **ABSTRACT**

In Brazilian intellectual history, Oliveira Vianna is to racist thinking as Gilberto Freyre for thought on hybridity. However, in many analyzes of intellectuals linked to the Black Movement, the two interpreters appear as racists. This article aims to analyze the trajectory of this equation that combines in a common discursive field the historical analyzes of Vianna and Freyre, in what regard to the "racial" question. Freyre's reading made by the Escola Sociológica Paulista from the 1960s seems to have relation with the assessment of this author by many anti-racist intellectuals, such as Abdias do Nascimento and Clóvis Moura. In various analyzes, Freyre is equated with Vianna as an exponent of racist, conservative and authoritarian thinking. One of the bottom lines of the debate, however, seems to be the “mestiçagem”, which, like the two authors, is, nowadays, in an epistemic limbo of the anti-racist thought.

**Key-words:** Oliveira Vianna. Gilberto Freyre. Anti-racism. Mestiçagem. Intellectual History.

### **INTRODUÇÃO**

Oliveira Vianna é comumente tido como um dos intelectuais mais afeitos a uma visão da história do Brasil baseada nas teorias de superioridade “racial” e do racismo “científico”, oriundas da intelectualidade europeia da segunda metade do século XIX. As

temáticas da “raça”, do arianismo e o racismo marcaram a obra e a recepção de Vianna nos meios acadêmicos brasileiros. A partir dos anos 1950, críticas contundentes como as de Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda ao viés explicitamente racista de sua obra, bem como ao autoritarismo e ao conservadorismo de seus diagnósticos e prognósticos sociais, relegaram o autor ao ostracismo intelectual, no que se refere aos “estudos raciais”, condição na qual Vianna ainda se encontra. Seu livro mais editado, lido e comentado, o clássico *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, muito embora tenha ênfase nos problemas nacionais em seus aspectos políticos e sociais, figura como uma das obras mais marcantes do pensamento racista no Brasil.

Vianna, escamoteado, funciona como um “bode-expiatório” intelectual sobre o qual recai o anátema do racismo, e sua obra é, além disso, marco para comparações historiográficas que proclamariam o descolamento ou mesmo a negação de um arianismo evidente e auto-proclamado. Tal é o exemplo de Gilberto Freyre. O mestre de Apipucos, através da obra *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, é tido como o intérprete social que pensou o Brasil a partir da positividade daquilo que Vianna concebia como impossibilidade civilizatória, a saber, a mestiçagem e a presença do elemento “racial” negro na história do Brasil. Freyre, nesse sentido, está para o pensamento do hibridismo como Vianna está para o do racismo.

Contudo, a despeito das diferenças teóricas, metodológicas e estilísticas entre as duas obras, os dois autores são alvos de crítica semelhante quando o assunto é racismo e identidade nacional. Essa crítica é presente em um rol extenso de intelectuais do chamado “pensamento antirracista” brasileiro, como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Kabengele Munanga, e parece ter como matriz de pensamento a perspectiva intelectual da chamada Escola Sociológica Paulista, que tem em Florestan Fernandes um dos seus principais teóricos. Essa escola de pensamento, a partir dos anos 1950, passa a propor uma análise sociológica de caráter cientificista contraposta ao “equilíbrio de antagonismos” que fundamenta a interpretação freyreana da história colonial brasileira (FALCÃO, 2001). A conseqüente imputação a Freyre de “ideólogo da ‘democracia racial’” o colocou no panteão dos sub-intelectuais racistas e/ou sustentadores de um discurso “racial” de caráter excludente, aristocrático e mesmo autoritário.

Este trabalho objetiva, em breves linhas, apreender o percurso intelectual dessa ampla e concomitante rejeição acadêmica que coloca em um plano discursivo comum, ao fim e ao cabo, tanto Oliveira Vianna quanto Gilberto Freyre como paladinos do racismo,

do conservadorismo e do autoritarismo, relacionando tal comparação ao processo de subalternização do negro na história do Brasil. Tal perspectiva pode ser percebida em obras como *O genocídio do negro brasileiro*, de Abdias do Nascimento (1978) e *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), de Clóvis Moura ou, mais recentemente, no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, de Kabengele Munanga (1999). A partir desse expediente, a um tempo histórico e historiográfico, procuram-se os *loci* discursivos e os dispositivos intelectuais que engendram rejeições acadêmicas imbricadas entre análises diversas – ainda que em certos pontos semelhantes e devedoras de lugares-comuns (BRESCIANI, 2005) – como as de Vianna e Freyre. A análise centrar-se-á na recepção, por parte dos intelectuais do antirracismo brasileiro, das ideias sobre etnicidade de *Populações Meridionais do Brasil* e *Casa-Grande & Senzala*, sem deixar de mencionar outras obras e o diálogo dos autores com outros intérpretes no período em questão.

### **OLIVEIRA VIANNA E O RACISMO**

A obra de Oliveira Vianna encontra-se indelevelmente marcada pelo racismo. Esta é extensa e multifacetada, abrangendo um amplo leque de temas. Contudo, a perspectiva do racismo “científico”, presente em várias publicações, como *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) e *Raça e Assimilação* (1932), conduziu a crítica a seu pensamento a posições intempestivas quase unânimes em torno dessa faceta da obra. Fiel aos “preceitos” do cientificismo, do darwinismo social, do evolucionismo e da antropologia do final do século XIX e início do XX, Vianna construirá um arranjo teórico explicativo da constituição social brasileira baseado na centralidade do arianismo e da hierarquização “racial” como condição civilizatória mor, e da mestiçagem e do negro como males sociais, na esteira de Sílvio Romero e Nina Rodrigues, para citar apenas dois ícones da recepção do racismo “científico” no Brasil dezenovista. Seu posicionamento político nos anos 1920 e 1930, marcado pela aposta, expressa em *Populações*, na construção de um Estado forte, centralizado e autoritário, e concretizado com seu apoio e participação na ditadura varguista, também é um fator condicionante da ampla crítica e rejeição posterior (CARVALHO, 1993). Para Maria Bresciani, os escritos de Vianna

[...] foram desqualificados, tanto em termos dos recortes temáticos – rotulados de saudosistas da moralidade da senzala imposta pela população branca – quanto em termos do quadro teórico e dos diversos

apoios de método de trabalho – o recurso das “teorias alheias”, autores em sua maioria do século XIX: Gobineau, Le Play, Sighele, Le Bon, Tarde, etc. [...] (2005, p. 25).

A recepção das ideias europeias de superioridade racial foi muito forte, como mostrou Lília Schwarcz (1993). Incorporando, modificando ou traduzindo o referencial teórico raciológico oriundo do Velho Mundo, a questão da construção da identidade étnica e nacional dava a tônica da discussão nos meios intelectuais na época em que Vianna publica *Populações*, os anos 1920. Essa discussão tinha como um dos motes principais a miscigenação e o problema da inexistência de um *povo* homogêneo no Brasil que fornecesse o sustentáculo “racial” necessário para a *Nação* brasileira em formação (SILVA, 2007). O diagnóstico negativo e pessimista era quase unânime quanto à nossa suposta incapacidade civilizatória, da qual o principal fator de degenerescência era o negro e sua herança de inferioridade “racial”. Mas, mais seriamente, o mestiço e sua absoluta predominância no conjunto do tecido social complexificava as análises desses intelectuais do início do século, ao embaralhar as lógicas estreitas e míopes da construção nacional. A perspectiva raciológica pode ser observada em várias partes de *Populações*, mas também em obras como *Raça e Assimilação*. O seguinte trecho de *Populações* indica parte da tônica de Vianna sobre os conceitos de “raça”, mestiçagem, atavismo, meio, hierarquias étnicas:

Quando duas raças se misturam, os seus mestiços ficam sujeitos a certos golpes de atavismo que os podem fazer retornarem, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores. Esse regresso ao tipo das raças originárias é uma lei antropológica, verificável nos meios étnicos heterogêneos e, principalmente, num meio étnico, como o nosso, oriundo de mestiçagens múltiplas. Quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior (VIANNA, 1973, p. 110).

Que a imputação ao conjunto de sua obra como “racista” contribua para obliterar partes importantes da mesma, como as questões do *insolidarismo* e do *Estado*, não torna a temática racial menos problemática. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho considera que “racista era quase toda a elite de sua época, embora nem sempre o confessasse.” (1993, p. 14). Pode ser. Contudo, em 1905, Manoel Bomfim publicava no Rio de Janeiro aquela que é talvez a primeira tese antirracista mais sistemática na historiografia brasileira, na obra *América Latina, Males de Origem*. Também Alberto Torres, em 1914,

seguia em linhas antirracistas semelhantes a Bomfim. Ainda que esses dois autores não neguem a existência de “raças” humanas e vez por outra resvalam em uma linguagem marcada por teor biologizante, opõem-se à suposição de hierarquia e superioridade entre as “raças”. A obra de Torres exerceu forte influência em Oliveira Vianna, todavia, este não acolheu as ideias antirracistas daquele.

Vianna ficará conhecido como um dos arautos mais bem-acabados da ideologia do *branqueamento* (SKIDMORE, 1976). Anos mais tarde, porém, no prefácio à 2ª edição de *Evolução do Povo Brasileiro* (1933), dirá que a questão do arianismo havia perdido importância em seu horizonte de pensamento.<sup>1</sup> De qualquer forma, como citado, a circulação de teses antirracistas já no início do século desabona parcialmente a relativização proposta por José Murilo de Carvalho. Nesse sentido, Sérgio Costa enfatiza que em muitos dos estudos sobre Oliveira Vianna

[...] os aspectos propriamente raciais de sua análise são, ora absolutamente omitidos, ora tratados como marginais na obra do autor (como faz Odalia, 1997: 163 *et seq.*). Aceita-se o próprio argumento de Oliveira Vianna, que, para se proteger da acusação de racismo, dizia que o tema da superioridade dos arianos saíra de seu horizonte de preocupações. O argumento de sua defesa, contudo, era a própria confissão do crime de que era acusado [...] (2006, p. 186).

Com efeito, Oliveira Vianna parecia ignorar um amplo conjunto de acontecimentos, obras e críticas realizadas durante os anos 1930 e 1940 às suas concepções arianistas de etnicidade e sociedade. O sociólogo fluminense oscilava constantemente no tocante aos marcos explicativos de suas obras. O papel da “raça”, por exemplo, em *Populações*, estava ligado às possibilidades de evolução social e política do Brasil, análise que muda em *Raça e Assimilação*, de 1932. Entretanto, até sua morte, em 1951, não parecia totalmente convicto do anacronismo da posição intelectual racista, resvalando ainda no pantanoso tema do diferencialismo “racial”, ao aceitar como axioma a desigualdade entre as “raças” (HOLANDA, 1979). A crítica de Nelson Werneck Sodré a Vianna enfatizaria a falta de “cientificidade” em suas análises, os engodos metodológicos e os *déficits* teóricos, além de uma apologética elitista constante, asseverando que “não

---

<sup>1</sup> Assim escreve Oliveira Vianna: “Devo confessar, entretanto, que um estudo mais profundo dos problemas da Raça e o crescente contacto, em que entrei, com as grandes fontes da elaboração científica neste domínio, renovaram profundamente minhas idéas sobre este e outros problemas da ethnologia e da anthropo-sociologia. [...] Sob este novo angulo de visão, a questão da raça germanica, do dolico-louro e da sua superioridade, etc. reduziu-se muito da sua importancia e acabou sahindo do horizonte das minhas preocupações, pelo menos no que concerne ao Brasil.” (1938, pp. 10-11).

existe em Populações Meridionais do Brasil qualquer traço de análise fundada no exame metuculofo, de propriedade no julgar, no informar e no concluir.” (1965, p. 208). Dante Moreira Leite considera que a obra de Oliveira Vianna “não resiste a qualquer crítica, por mais benevolente que o leitor procure ser, por mais que deseje compreendê-lo em sua época e seu ambiente” (1969, p. 221), sendo que “talvez poucos brasileiros tenham escrito palavras tão cruéis e injustas a respeito do negro [...]” (1969, p. 231).

Se Vianna se encontra nos “infernos” (CARVALHO, 1993), ainda que haja alguns esforços para de lá sacá-lo, como o contundente livro de Maria Stella Bresciani (2005), o paradigma “racial” por ele esposado encontra bases discursivas comuns a certos enunciados e teorizações antirracistas contemporâneas, como será sugerido mais adiante. Para a análise imediata é mister realizar, como proposto, um contraponto teórico e historiográfico à interpretação de Vianna, a partir de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. A discursividade que dá guarida a certos enunciados antirracistas racializados na contemporaneidade parece ter na relação com *Casa-Grande & Senzala* um ponto nevrálgico, delicado e desestabilizador, ao passo que Vianna desdobra-se referência maldita, mas relativa e perturbadoramente similar.

### **GILBERTO FREYRE E O (A)RACISMO**

*Casa-Grande & Senzala* é um livro eivado de polêmicas intelectuais e acadêmicas. Em linhas gerais, a obra é objeto de variadas reflexões que procuraram pensar a história e a sociedade brasileiras em suas relações com os temas da identidade étnica e da identidade nacional, permeados pela questão do hibridismo (ARAÚJO, 1994). Primeira edição publicada em 1933, *Casa-Grande & Senzala* é livro-símbolo de uma matriz de pensamento dedicada a pensar o Brasil a partir da possibilidade civilizatória daquele campo de negatividades e atavismos étnicos tão enfatizados por Oliveira Vianna.

Se a “raça” enquanto categoria de pensamento dá a diretriz intelectual, no final do século XIX e início do XX para pensadores do “racismo ‘científico’” e da Eugenia, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Renato Kehl e Oliveira Vianna, o racismo enquanto objeto de reflexão das Ciências Humanas será instituído mais fortemente sob o impacto da II Guerra Mundial e dos horrores perpetrados pelo nazismo. Ora, no Brasil, a reflexão se fará, também, sob o impacto das teses freyreanas. Na contramão da maior parte dos intelectuais do início do século, Freyre proporá uma incursão pela história colonial brasileira a partir da separação – pretendida – entre “raça” e “cultura”, no esteio de

Franz Boas. Assim, ainda que não totalmente desprendido de uma linguagem neolamarckista, Freyre propõe uma leitura da história do Brasil como processo relacional entre as metáforas da *Casa-Grande* e da *Senzala*, enfatizando a importância de condicionantes estruturais como o escravismo, o patriarcalismo e a economia latifundiária monocultural. Nesse contexto, insere o índio e, mais especialmente, o negro, como agentes civilizatórios presentes na vida íntima – sobretudo sexual – do brasileiro, considerando o português como colonizador “plástico” e não-refratário à miscibilidade. Se o trecho citado de *Populações* mais acima dá parte da tônica de Vianna, a seguinte citação de *Casa-Grande & Senzala* é prenhe dos sentidos de sua análise:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREYRE, 2011, p. 116).

A ideia de “equilíbrio de antagonismos” constitui-se em uma espécie de conceito-chave de sua interpretação, permeando todo o texto, em sua própria consistência narrativa e teórica. Note-se que não se negam as tensões, os conflitos e as perversões, mas se os pensam a partir de um equilíbrio de antagonismos que nega acabamentos sintetizantes de cultura e sociabilidade, para além dos dualismos cartesianos. Assim, a “ideia de equilíbrio de antagonismos como construto lógico que administra de forma harmônica as contradições na formação social, econômica e cultural do país, permite a Freyre vislumbrar uma civilização singular e original.” (SILVA, 2007, p. 50). Esse equilíbrio se daria através da mestiçagem gestada nas “zonas de confraternização” entre senhores e escravos, no diálogo social, permeado pela perversão e pela violência, entre a *Casa-Grande* e a *Senzala*. A imputação posterior a Freyre de ter “amolecido” as relações e tensões escravistas é procedente, mas se trata de uma “meia verdade”, pois, de acordo com Ricardo Benzaquen de Araújo,

[...] da mesma maneira que encontramos em *Casa-Grande & Senzala* um vigoroso elogio da confraternização entre negros e brancos, também é perfeitamente possível descobrirmos lá numerosas passagens que tornam explícito o gigantesco grau de *violência* inerente ao sistema escravocrata, violência que chega a alcançar os parentes do senhor, mas

que é majoritária e regularmente endereçada aos escravos. (1994, p. 48. *Itálico no original*).

Assim, um amálgama de tensões em equilíbrio atravessa sua reflexão, imprimindo-lhe certa ambiguidade refratária a totalidades. De qualquer forma, não é sem razão que boa parte da crítica negativa à obra insista no fato de que esta teria sido escrita a partir da janela da Casa-Grande, ao tomar a constante relação entre senhores e escravos e seus registros de intimidades como traços da suposta benignidade do sistema escravista que subjazia à sociedade colonial (SILVA, 2007). Para além dos pontos controversos suscitados pela obra, é inconteste que a reflexão freyreana deu suporte a uma tradição de pensamento acadêmico que propalava o suposto “a-racismo” da sociedade brasileira. Trata-se do tão decantado e já derrubado mito da “democracia racial”, que supunha a inexistência de conflitos entre brancos e negros na sociedade brasileira, insistindo na explicação das desigualdades “raciais” a partir da herança da escravidão, excluindo-se o racismo da lógica argumentativa (GUIMARÃES, 1999).

A “democracia racial” virou ideário oficial e ordem do dia da nacionalidade, tanto interna quanto externamente, e era amplamente aceita. Assumida como verdade nacional, primeiramente com Vargas, e mais fortemente pela Ditadura Militar, criou-se toda uma mitologia da negação do racismo, que se tornou a *marca* identitária (não)racial do Brasil, dispositivo político inibidor das desigualdades mas também do discurso sobre as mesmas (GUIMARÃES, 2002). Esse discurso assumiu grande força de convencimento público, e entranhou-se de tal maneira no âmbito intelectual, político, jornalístico, no cotidiano, no senso-comum, que levantar a bandeira antirracista no Brasil era até mesmo temeroso do ponto de vista da opinião pública, podendo receber a pecha de “racista” quem ousasse questionar a situação social do negro ou aventar a hipótese da existência do racismo no Brasil (GUIMARÃES, 1999; NASCIMENTO, 1978).

## **A ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA E A QUESTÃO RACIAL**

O primeiro questionamento sistemático sobre a “democracia racial” e a obra de Freyre no Brasil adveio, no plano intelectual, da série de estudos sobre a “situação racial” brasileira patrocinada pela UNESCO na década de 1950. Esse órgão das Nações Unidas estava empenhado, no pós-guerra, na busca de respostas frente aos horrores perpetrados em nome da “raça”, sendo o Holocausto nazista o paroxismo de tal processo. O Brasil era visto, nessa época, como um exemplo de sociedade que havia



conseguido superar a questão do preconceito de “raça”. Vigorava a ideia, associada a Gilberto Freyre, de um paraíso racial, de um lugar dono de excepcionalidade no trato das relações inter-étnicas (MAIO, 2000).

Assim, importantes estudos foram realizados em várias cidades brasileiras, como os de Luiz de Aguiar Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança* (1953), Thales de Azevedo, *As Elites de Cor: um Estudo de Ascensão Social* (1955), Florestan Fernandes e Roger Bastide, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955), Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), entre outros (MAIO, 2000). De forma geral, baseados em extensa pesquisa de campo e análises refinadas, esses estudos demonstraram (com importantes diferenças entre si), a inexistência de padrões sociais que demonstrassem, de alguma sorte, algo como “relações raciais” igualitárias e suavizadas, como propugnava o credo racial corrente, associado a Gilberto Freyre. Esses estudos inauguraram uma tradição de reflexão mais propriamente científica e sociológica sobre a questão racial e do negro no Brasil.

A chamada Escola Sociológica Paulista<sup>2</sup>, que teve no Projeto UNESCO um ponto de impulso, plasmou-se na figura intelectual de Florestan Fernandes como sua forma mais acabada e influente, e teve na Universidade de São Paulo (USP) um importante centro produtor e difusor de uma nova visão sobre a questão racial no Brasil. O livro de Florestan (na verdade sua tese de livre-docência apresentada ao departamento de Sociologia da USP) *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) foi a primeira obra mais abrangente e minuciosa a contrapor-se ao mito da “democracia racial” e à perspectiva freyreana – ainda que o nome a obra de Freyre não sejam citados em nenhum momento no livro em questão. A partir de uma abordagem histórico-sociológica, Florestan analisa os dilemas da inserção dos negros na ordem capitalista e competitiva, no âmbito do processo de transição do escravismo para o trabalho assalariado. Matiza essa análise sob a relação entre cor e classe social, propondo que a situação de anomia social dos negros devia-se ao arcaísmo de estruturas sociais herdadas da escravidão. Florestan nutre, assim, uma visão otimista de que a ordem competitiva poderia ser um meio de integração dos negros na sociedade de classes. Nas palavras do autor,

---

<sup>2</sup> Essa denominação é extraída do texto de Elide Rugai Bastos, “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista” (2002).

Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas [...] [a desigualdade] foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial (1965, p. 193).

Note-se a ênfase de Florestan na perpetuação das estruturas arcaicas da ordem escravista, bem como no uso de conceitos polarizados de “negro” e “branco”, ainda que “raça” não seja um conceito fundamental para o autor. A “democracia racial” seria um mecanismo utilizado pelas “elites dirigentes” para manter o processo de dominação social e racial, legando para o negro a responsabilidade de sua desgraça social, isentando o “branco” de responsabilidade social e moral perante a situação do negro e criando “uma *consciência falsa* da realidade social brasileira.” (Idem, p. 199. *Itálico no original*). Tendia, assim, a promover a “perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista” (Idem, p. 205), minando, assim, as possibilidades que a ordem de classes poderia trazer para a resolução das iniquidades em relação aos negros.

Não tardaria para que Freyre fosse erigido como o “ideólogo da democracia racial”. Sua análise baseada nos “equilíbrios de antagonismos” embaçaria a visão das desigualdades sociais e lutas de dominação. Essa empresa se daria principalmente no diálogo crítico e tenso entre sua obra e a da Escola Sociológica Paulista, a partir dos anos 1960, e mais fortemente, a partir da atuação do Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970, consolidando-se uma leitura depreciativa quase canônica de sua obra.

As críticas mais elaboradas a Gilberto Freyre partiriam de intelectuais como Florestan Fernandes e Carlos Guilherme Mota, que foram alguns de seus principais críticos/interlocutores, em um diálogo tenso (e surdo) em torno das questões da identidade nacional (FALCÃO, 2001). Houve ressalvas contundentes à obra, mas também ao autor, tanto por sua origem social (“aristocrática”), quanto pelas malfadadas escolhas políticas posteriores do autor, como o apoio às ditaduras militares no Brasil e em Portugal. Mota, no livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, de 1978, demonstra

profundo desconforto com as teses de Freyre e suas implicações sócio-políticas. A perspectiva intelectual do “filho da República Velha” e membro de uma “elite aristocratizante”, para este autor, pela sua indefinição teórica e pelo esvaziamento dos antagonismos sociais eliminariam “a possibilidade de caracterização dos setores dominados, enquanto tais.” (MOTA, 1978, p. 65).

A questão teórico-metodológica de fundo consistia na centralidade conferida por esse pensamento sociológico às relações de dominação e às desigualdades sociais como categorias de pensamento, tendo como pano de fundo o materialismo histórico. Elide Rugai Bastos (2002) enfatiza o fato de que uma das características centrais da Escola Sociológica Paulista seria a constatação de que “uma sociedade estratificada sobre o princípio da desigualdade não oferece lugar a relações sociais fundadas em direitos” (p. 207). O eixo analítico não se concentraria apenas na questão racial, mas toma o negro como objeto de análise para entender os limites de sua inserção na sociedade de classes. O horizonte analítico, assim, é mais propriamente o “povo”, como sujeito histórico. José Carlos Reis considera que “Florestan Fernandes e sua equipe de pesquisadores, que produzirão nos anos 1960-70, pensarão o Brasil com os conceitos de ‘classe social’ e ‘luta de classes’ e vão se opor à visão idílica do Brasil colonial produzida por Freyre.” (2001, p. 59). Este, no entanto, “olhava para o Brasil, via a vida íntima dos dominantes e dominados e ali não encontrava apenas luta. Encontrando-a, não reconhecia sua centralidade. Não concordava com este dogma.” (FALCÃO, 2001, p. 145). A polêmica entre Gilberto Freyre e a USP abrangia disputas tanto teóricas quanto políticas:

A primeira opção marxistas e historicistas: o motor da história não são as idéias, não são as mentalidades coletivas, mas a luta de classes, as classes em luta na esfera da produção. A visão culturalista é vista como interclassista, reacionária, pois harmonizadora das contradições reais [...] A segunda disputa opção duas regiões do Brasil: o Nordeste, cujas oligarquias locais perdiam poder desde a abolição do tráfico negreiro e a ascensão do café, paulista, exatamente nos anos 1850 de Varnhagen, e os paulistas, que ganhavam poder na mesma proporção em que os primeiros perdiam o seu (REIS, 2001, p. 60).

A relação entre Freyre e a USP se manteve tensa por décadas, e as escaramuças provinham de ambos os lados da disputa. As teses freyreanas sofreram revés contundente com Florestan. Apesar disso, Roger Bastide convidou Gilberto para ser membro da banca de Fernandes, em 1965, mas o pernambucano recusou. Tempos depois, Florestan insistiu para que Freyre fizesse parte das bancas de doutorado de

Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, mas recusou novamente (FALCÃO, 2001, p. 149). Com o apoio do Freyre à ditadura militar brasileira a relação entre as partes azedou de vez. A partir dessa época, “não só o meio acadêmico, mas a esquerda em geral impôs a Gilberto o silêncio.” (Idem, p. 150).

É interessante pensar que a crítica a Gilberto Freyre, dentro do marco de pensamento da Sociologia Paulista, no sentido de uma crítica orientada também por um viés marxista – e um pensamento político de esquerda – pode ser vista em consonância com as críticas recebidas por Oliveira Vianna a partir dos anos 1950. Carvalho (1993) enfatiza como a esquerda vai mandar Vianna “aos infernos”, pelo racismo, mas, de forma similar à crítica a Gilberto Freyre levada a cabo a partir da USP, também pelas escolhas políticas conservadoras e pela associação a regimes autoritários, ainda que Vianna não seja, ao contrário de Freyre, associado diretamente às oligarquias tradicionais. Nesse sentido, Emília Viotti da Costa considera que “o ataque ao mito [da “democracia racial”], de fato, proveio da luta política contra as oligarquias tradicionais, luta essa que atingiu seu clímax nos anos 1960.” ([1975] 1999, p. 382).

Para além das questões de ordem política, o pensamento social da Escola Sociológica Paulista, principalmente através das perspectivas abertas pelo clássico *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), irá ter grande impacto em muitos intelectuais do antirracismo no Brasil.<sup>3</sup> Esta leitura *paulista* da obra freyreana estará, alguns anos mais tarde, interconectada à interpretação do Movimento Negro sobre Freyre e a questão racial no Brasil, como veremos adiante. Antes, contudo, cabe analisar a semelhanças e diferenças entre as obras de Freyre e Vianna.

## VIANNA E FREYRE: DIFERENÇAS EM COMUM

---

<sup>3</sup> Uma evidência dessa hipótese do impacto da obra de Florestan Fernandes no Movimento Negro e seus intelectuais por ser auferida em depoimentos coligidos no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil* (ALBERTI; PEREIRA, 2007), que demonstram que a obra de Florestan era corrente entre os militantes do Movimento Negro: Gilberto Leal fala que “nós líamos não só livros, mas artigos de Clóvis Moura, Florestan Fernandes, das pessoas que eram referências na literatura nacional em termos da questão racial.” (p. 75); Mundinha Araújo diz que “viajava muito, trazia livros sobre negros, comprei o do Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* e outros títulos.” (p. 171-172); Diva Moreira, falando sobre seu despertar para a politização da questão racial, conta que isso aconteceu quando “estava lendo um livro de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, que é um clássico da sociologia brasileira no que diz respeito à questão racial [...]”. (p. 271); Lúcia Xavier comenta que “nunca vi nenhum intelectual de esquerda, exceto Florestan Fernandes, dizer “Eu sou contra o racismo e minha vida vai ser dedicada à luta contra o racismo”. (p. 443); Hédio Silva Júnior diz que “Florestan Fernandes, por exemplo, foi um aliado importantíssimo na luta contra o racismo, escreveu um livro em que ele disse que a escravidão teria deformado o negro brasileiro [...]”. (p. 470).

A comparação entre os dois autores, suas obras e projetos políticos, a despeito das diferenças, pode evidenciar aspectos importantes do pensamento antirracista no Brasil. Essa comparação – ou, em alguns momentos, contraposição – aparece em diversos momentos da história intelectual brasileira, a começar pela própria obra de Gilberto Freyre.

Em *Casa-Grande & Senzala* há várias menções a Oliveira Vianna. Discorrendo sobre *Casa-Grande & Senzala*, Agripino Grieco constatou que “[...] aqui e ali, vai-se acentuando no Sr. Gilberto Freyre, embora em expressões polidas, uma acidulidade íntima para com o Sr. Oliveira Viana, que é citado várias vezes no livro mas levando a sua bodocada amável” (1985, p. 67). Em seu mais famoso livro, Freyre diz Oliveira Vianna tratar-se do “maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós [...]” (p. 387), oscilando entre a reverência e a ironia. Em muitos momentos do livro “tem-se a nítida impressão de um diálogo ‘cordial’ proposto por Freyre e nunca aceito [...] por Oliveira Vianna.” (BRESCIANI, 2005, p. 120). Esse diálogo surdo é evidenciado pelo próprio Freyre, no livro *Como e por que sou e não sou sociólogo*, de 1968:

Ainda que noviço, eu próprio, ao opor à apologia do ariano na formação étnico-social do brasileiro, tentada por Oliveira Viana [...] vi-me obrigado a investir contra o “arianismo” do autor de *Populações Meridionais do Brasil* [...] [Vianna] guardou até o fim da vida o mais completo silêncio com relação ao livro e ao autor atrevido. Era como se um não tivesse nascido e outro não houvesse sido publicado. Foi intransigente nesse seu silêncio de desprezo por um autor e por um livro de idéias ou orientações tão contrárias às suas (p. 137-138).<sup>4</sup>

O livro impactou grandemente o ambiente intelectual da época, colocando em xeque os constructos teóricos sobre as questões de “raça” de Vianna, que, até aquele período, gozavam de acentuado prestígio, criando uma celeuma intelectual de efeitos duradouros. *Casa-Grande & Senzala*, colocando em xeque as bases do pensamento raciológico de Vianna, opôs dois tipos de intelectuais, “o teorizador a serviço de um projeto estatal e o escritor independente interessado na vida cotidiana e na cultura popular” (GIUCCI e LARRETA, 2007, p. 474). Para Bastos, “os pontos principais da controvérsia são três: a interpretação do autor sobre a questão racial, a discussão sobre

---

<sup>4</sup> Em nota de rodapé de *Sobrados e Mucambos*, de 1936, Freyre assim se expressa sobre certa mudança de perspectiva de Vianna sobre a questão racial: “O ‘arianismo’ do sociólogo Oliveira Viana parece ter sofrido modificações sob a influência da expansão de suas leituras e estudos, nos seus últimos anos. É assim que, em vez do seu anunciado ‘Os arianos no Brasil’, publicou, pouco antes da sua morte, excelente estudo, o já referido *Instituições Políticas Brasileiras*, em dois volumes, em que se nota seu contato com o culturalismo e o funcionalismo, de sentido contrário a qualquer arianismo ou etnocentrismo sectário” (2006, p. 813).

a cientificidade das explicações anteriores, de base racista; a recusa de análises sobre a formação do povo brasileiro baseadas na sociobiologia.” (1993, p. 412). Nesse sentido,

É certo que Gilberto Freyre contrapõe elementos importantes à interpretação de Oliveira Vianna, até então consagrada. Criou-se, entretanto, uma mitologia em torno desse contraponto. Inegavelmente Oliveira Vianna é racista, supondo uma “civilização” a partir da aceitação da superioridade branca – a ideologia do branqueamento. No entanto, pode-se perceber que a visão gilbertiana sobre sua obra é parcializada, não percebendo que as teses sobre a questão racial não podem ser dissociadas daquelas sobre o Estado, e das relações deste com a sociedade. Mais ainda, vários pontos, aparentemente conflitantes, são semelhantes. (BASTOS, 1993, p. 415).

Além da própria escritura das obras ser marcada, com maior ou menor intensidade, por uma linguagem de teor biologizante – ainda que Freyre proponha, baseado em Franz Boas, a desvinculação dos conceitos de “raça” e “cultura” para sua análise em *Casa-Grande & Senzala* e a linguagem de *Populações* encontre guarida na proposta estritamente cientificista de Vianna – outras semelhanças podem ser observadas. Para Vianna, bem como para Freyre, há como ponto em comum a “valorização da ‘elite’ e de sua participação imprescindível em qualquer mudança política para um país com as características do Brasil” (BRESCIANI, 2005, p. 483), elitismo que respondia à necessidade de respaldo perante a sociedade e os meios intelectuais da época. Luiz Costa Lima, discorrendo sobre o culturalismo de Freyre, considera que este é “sui generis, pois continua a confiar na fecundidade operacional do fator étnico, o que o aproxima de forma aguda de um representante do evolucionismo biológico como Oliveira Vianna.” (1989, p. 211). Bastos (1993, p. 416-423) enfatiza várias outras semelhanças presentes nas duas análises: a questão da superioridade da mestiçagem, com Freyre apontando para o mestiço como síntese não-conflitual dos contrários, e Vianna sugerindo o tipo antropológico do mestiço como tendência, consubstanciada no “ariano tropical”; certa proximidade de Freyre com a tese do branqueamento, tão cara a Vianna; a importância histórica do mundo rural. A questão “científica”, outro ponto fundamental para o debate entre Vianna e Freyre, aparece também em críticas contemporâneas a este último, como a do intelectual antirracista Amauri Mendes Pereira:

O êxito do livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933 – “reconhecendo”, por um lado, ao negro, a condição de produtor de Cultura (uma ousadia na época), mas, por outro lado, consagrando o

patriarcalismo e o *status quo* sócio-racial – trouxe a “legitimação científica” que faltava às elites para acomodarem seus escrúpulos e negarem quaisquer veleidades racistas, numa sociedade em que “cada um reconhece seu lugar”. (2008, p. 36).

Essa apreciação de Pereira, enfatizando o elitismo, o patriarcalismo e a pertinência da análise freyreana para a manutenção do “*status quo* sócio-racial” pode ser considerada quase um lugar-comum entre muitos intelectuais antirracistas brasileiros. Vejamos agora como o contexto intelectual analisado até aqui dialoga com as relações e apreciações críticas entre Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, por parte de alguns intelectuais ligados a perspectiva antirracista do Movimento Negro.

### **NO PELOURINHO**

Em várias críticas, muitas das quais feitas por intelectuais negros e/ou antirracistas, a imagem de Freyre aparece ligada à de Vianna. Deste modo, a figura de Vianna é invocada dos “infernos” para lá mesmo mandar também Freyre. Assim, são os dois acusados de racismo, conservadorismo, elitismo, e mesmo autoritarismo. Como assinala, por exemplo, Carlos Davidoff, poder-se-ia falar de “características comuns na interpretação da formação nacional brasileira, como a visão elitista, hierárquica; a presença, sob formas diferentes, de uma visão senhorial do problema racial e do processo de transição para a modernidade.” (1982, p. 37-38). Fazendo coro às teses de Mota (1978), estariam, nesse sentido, para Davidoff, os dois autores a serviço de uma “ideologia” de dominação, que, por vias diferentes – uma, o arianismo, a outra, a mestiçagem –, concorreria para a subalternização do negro e das classes dominadas. Esse mesmo autor diz que

A obra de Oliveira Vianna, com as suas análises e propostas políticas, sistematiza e cristaliza, no plano da divisão do trabalho entre os produtores de ideologia, um conjunto de ideias de grande importância na formação de um sistema ideológico dominante no Brasil contemporâneo. A nosso ver, juntamente com a ideologia sedimentada pela obra de Gilberto Freyre, sem dúvida representa uma das principais produções do pensamento conservador, no período final da República Velha e início da Nova. (1982, p. 33-34).

A partir desse dispositivo de equiparar discursivamente as análises de Vianna e Freyre, este autor é também, para usar a expressão de Carvalho (1993), “mandado aos infernos” por certos intelectuais ligados ao Movimento Negro brasileiro. Essa “ideologia”

que teria sido sedimentada por Freyre diz respeito ao suposto de que Freyre seria, através de *Casa-Grande & Senzala*, o criador do discurso da “democracia racial”, ao reunir nessa narrativa os anseios de uma “elite” ansiosa por legitimar e manter hierarquias sociais. Assim, tornou-se verdade canônica e naturalizada essa afirmativa. Michael Hanchard – intelectual negro norte-americano conhecido por seu livro sobre o Movimento Negro brasileiro *Orfeu e o Poder*, de 1994 – considera a visão de Freyre como um “subconjunto de um projeto nacional de liberalismo conservador, complementado pelo paternalismo e pelas relações de clientelismo que têm marcado a sociedade e a cultura brasileiras, desde os tempos coloniais até hoje.” (2001, p. 73). Freyre não escapa nem da Eugenia, pois, para Hanchard, “[...] a preocupação dos eugenistas [brasileiros] com os tipos e categorias raciais, e não com os grupos raciais e suas interações, foi transposta para a democracia racial de Freyre.” (2001, p. 73). Mas uma das críticas mais bem-acabada e representativa dessa linha de pensamento pode ser encontrada na obra *O genocídio do negro brasileiro* (que tem prefácio de Florestan Fernandes), de 1978, de Abdias do Nascimento, um dos intelectuais antirracistas brasileiros mais importantes. O autor, um intelectual negro com ampla trajetória política e atuação no Movimento Negro brasileiro, considera o seguinte:

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase a insistência no termo *morenidade*; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, *natural*, do “branco” brasileiro. Como sempre, ilustra bem a afirmativa: ele considera Oliveira Vianna como “o maior místico do arianismo que surgiu entre nós”; entretanto Freyre não imagina, conforme observa o crítico Agripino Grieco, que *Casa-Grande & Senzala*, o livro que o tornou famoso, foi diretamente influenciado pelo pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres. (NASCIMENTO, 1978, p. 43. Itálicos no original).

Ainda que orientado por uma atitude intelectual indiscutivelmente pertinente, ou seja, demonstrar a inexistência da “democracia racial”, Nascimento faz uma leitura radicalizada, naturalizando uma determinada visão de *Casa-Grande & Senzala* que apregoa o racismo implícito e as maquinações elitistas de um projeto de poder que visaria o “genocídio” étnico-cultural do negro brasileiro, tal como o próprio nome do



livro, em uma retórica exagerada, sugere. Resta ainda o discutível ponto de ser *Casa-Grande & Senzala* influenciado diretamente pelo pensamento de Vianna e também de Alberto Torres.

Clóvis Moura é outro intelectual atuante no Movimento Negro dos anos 1970 e com estreita relação com pensamento sociológico paulista (recebeu título doutoral de Notório Saber pela USP no início dos anos 1980) que comunga dessa visão sobre a questão racial e as obras de Freyre e Vianna<sup>5</sup>. Se no livro *Brasil: raízes do protesto negro*, de 1983, o autor faz uma crítica mais ponderada à perspectiva do pernambucano, chegando a afirmar que “o negro na obra de Gilberto Freyre aparece analisado sem nenhum dogmatismo arianista, mas reintegrado na sua condição de componente de uma cultura que a escravidão não conseguiu destruir totalmente” (p. 87), em *Sociologia do Negro Brasileiro*, de 1988, a tônica muda:

As oligarquias de Oliveira Vianna têm muita semelhança com os senhores de engenho idealizados por Gilberto Freyre, pois são as formas diversificadas de um mesmo fenômeno. Ambos criaram e mantiveram os suportes justificatórios de uma sociedade de privilegiados, no Império e na República. Entre os dois pensadores há uma constante: a inferiorização social e racial do negro, segmentos mestiços e índios e a exaltação cultural e racial dos dominadores brancos (p. 24).

Vemos aí que há uma mudança substantiva deste autor sobre o sábio de Apipucos. O Movimento Negro, principalmente a partir do final da década de 1970, com o MNU, passou a fazer uma crítica contundente do discurso da “democracia racial”. Nesse sentido, terá como alvo também a mestiçagem. O Movimento Negro passará a identificar como negros todos os pretos e os pardos (mestiços), perspectiva que será adota pelo IBGE nos censos a partir da década de 1980. A mestiçagem, objeto desse dispositivo de identificação, teria um efeito “desmobilizador”, ao tensionar as lógicas identitárias mais definidas e, conseqüentemente, o conflito entre elas.

Desta forma, outro aspecto da discussão sugerida é o “não-debate”, ou o silenciamento sobre certas questões, no caso, a mestiçagem. Um dos exemplos mais interessantes nesse sentido pode (não) ser encontrado no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, de 1999, do intelectual antirracista Kabengele Munanga. Trata-se de uma das mais importantes e abrangentes obras escritas sobre a questão da

---

<sup>5</sup> A relação de Moura com a Escola Sociológica Paulista é marcada por aproximações e distanciamentos. Cf. OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, 2009 (Dissertação).

mestiçagem na história intelectual brasileira. O livro de Munanga (que é antropólogo da USP), uma contundente análise da problemática da mestiçagem na história do Brasil e sua relação com o processo de formação da identidade negra. A perspectiva que vimos discutindo nesse artigo, da relação ou mesmo uma equiparação entre Vianna e Freyre, não se encontra na obra, contudo. O que pode ser observado, por outro lado, é uma longa apreciação crítica de Oliveira Vianna, mais de quinze laudas fartas em citações (Cf. 1999, p. 71-86). Em seguida, quando o analisado é Freyre, contudo, as laudas não passam de quatro, e não há uma única citação direta de *Casa-Grande & Senzala*. Munanga reconhece as contribuições de Freyre, mas ao mesmo tempo desfila parte daquele “mito do mito” há pouco mencionado.

Do ponto de vista da história do pensamento antirracista, ainda que com incoerências e pontos contraditórios, pode-se afirmar que a análise de Freyre diferencia-se axiologicamente da de Vianna. Considere-se – mesmo levando em conta os problemas da análise freyreana – somente a questão do negro, deletério para um, estruturante da vida social brasileira para o outro. Colocar esses dois autores em um mesmo patamar discursivo “racista” concorre para empobrecer o debate historiográfico, fundamentando-o em uma quase não-leitura. Para Jaime Ginsburg, “continuarmos lendo artigos e ouvindo palestras em que Gilberto Freyre é acusado de racista merece atenção. Considerá-lo conservador, em uma perspectiva anacrônica [...] é uma linha argumentativa redutora e falseadora.” (2006, p. 39). Nesse sentido,

Quando publica *Casa-Grande & Senzala*, Freyre elabora uma posição que, em termos históricos, é rigorosamente crítica ao pensamento conservador. [...] O público que toma contato com esse livro está, em grande parte, influenciado pelo ideário de Oliveira Vianna e seus pares (GINSBURG, 2006, p. 38).

O “elitismo”, o “conservadorismo” e o “autoritarismo” de Freyre na questão racial estão, considerando os exemplos demonstrados acima, associados à figura demonizada de Vianna. Tal operação concorre para naturalizar uma espécie de mitologia em torno de Freyre enquanto arquiteto da “ideologia” da “democracia racial”. Trata-se do que poderíamos chamar do “mito do mito da ‘democracia racial’”, presente nos mais variados meios intelectuais, ligados ora ao pensamento daquela matriz sociológica paulista analisada anteriormente, ora ao Movimento Negro. A desconstrução desse mito poderia ser feita com a sugestão simples de uma leitura *desarmada* do livro *Casa-Grande*

& *Senzala*, pois a maioria das críticas a esta obra parece assentar em “não-leituras”, ou em leituras em temperaturas políticas elevadas. Não há em *Casa Grande & Senzala* qualquer referência ao conceito de “democracia racial”. Freyre só irá se referir ao mesmo na década de 1970. Para Guimarães, “Gilberto Freyre não pode ser responsabilizado integralmente, nem pelas idéias nem pelo seu rótulo; ainda que fosse o mais brilhante defensor da “democracia racial”, evitou, no mais das vezes, nomeá-la” (2001, p. 148).

As polêmicas intelectuais em torno da obra são justas e a postura política conservadora assumida por Freyre perante a Ditadura Militar no Brasil e seu apoio ao salazarismo e ao colonialismo português são execráveis, bem como a participação de Vianna no Estado Novo. Contudo, “falar mal de Gilberto Freyre e omitir a postura racista de Oliveira Vianna consiste em um empenho em politizar autoritariamente o debate sobre o passado, em prejuízo do conhecimento dos fundamentos históricos das relações perversas entre racismo e ciência.” (FALCÃO, p. 44).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das questões de fundo mais importante nesta rusga intelectual em torno de *Casa-Grande & Senzala* e suas relações com o pensamento racista, conservador e autoritário, consubstanciado na equiparação discursiva com Oliveira Vianna, parece ser, como sugerimos, a da mestiçagem. Talvez esse seja o ponto mais polêmico e ambíguo, mas, sobretudo, relevante, na argumentação de Freyre: somos mestiços. Essa assertiva encontrou uma leitura posterior, feita principalmente pela geração intelectual relacionada com a sociologia uspiana, que associou, a exemplo do Movimento Negro, o postulado do hibridismo às ideologias do “branqueamento” e da “democracia racial”, sob o prisma das lutas de classe e das desigualdades sociais.

Não se trata de negar a existência pernóstica dos discursos do “branqueamento” e da “democracia racial”. Nem tampouco negar que parte das teses freyreanas realmente foram utilizadas por intelectuais e pelo Estado, como em Vargas e na Ditadura Militar, para dar força ao discurso corrente da “harmonia racial”, parte da “identidade nacional” então acreditada e imaginada, muito menos que Freyre deva ser dissociado olímpicamente do contexto intelectual de seu tempo. Contudo, uma leitura cartesiana e simplista de *Casa-Grande & Senzala* não parece ser intelectualmente sustentável, ou, ao

menos, não esgota o debate e a riqueza analítica do livro, e o mesmo poderia ser dito, sob outras perspectivas analíticas, da obra de Oliveira Vianna.

Os processos intelectuais que analisamos nesse trabalho podem ser instados pensar o contexto da (re)construção e (re)atualização do paradigma “racial” no Brasil contemporâneo, como pode ser observado no surgimento de uma imensa produção bibliográfica sobre identidade negra e racismo nos últimos dez anos. As políticas públicas antirracistas concorrem para colocar o tema da mestiçagem na ordem do dia.

As profundas transformações do campo político e teórico do antirracismo na última década no Brasil exigem uma análise que leve em conta a historicidade de certos conceitos. O de “raça” é um dos mais centrais. O Estatuto da Igualdade Racial (2010), por exemplo, é um documento oficial que consubstancia a institucionalização desse conceito, o qual perpassa, contudo, praticamente toda a história intelectual brasileira. Se este era utilizado por Vianna em sentido biológico e em Freyre culturalista, na contemporaneidade, a “raça” reaparece em sentido político afirmativo no discurso dos intelectuais e militantes do Movimento Negro.

**Recebido em: 29/03/2013**

**Aceito em: 09/08/2013**

**REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

BASTOS, Elide R. Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil. In: BASTOS, Elide R.; e MORAES, João Q. de (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 405-428.

\_\_\_\_\_. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: Sergio Miceli (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS, 2002, p. 183-230.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 13-42, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1999. (6. Ed.)

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. A ideologia da modernização em Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. *Perspectivas*: São Paulo, vol. 5, p. 29-38, 1982.

FALCÃO, Joaquim. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In: ARAÚJO, Rosa M. B. de.; FALCÃO, Joaquim (Org.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 131-167.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: O legado da "raça branca", no limiar de uma nova era* (v. 1). São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011.

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora Universidade, 1968.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006. (16. Ed.)

GRIECO, Agripino. Obra vigorosa de ciência e arte. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). *Casa-grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985, p. 61-74.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Estudos Sociológicos*. São Paulo, v. 20, n.61, p. 147-162, 2001.

\_\_\_\_\_. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

GINZBURG, Jaime. Política da memória no Brasil: raça e história em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. *Araucaria*: Sevilla, vol. 8, n. 15, pp. 1-10, 2006.

GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1969.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*. São Paulo, n. 46, jun./ago. 2000, p. 115-128.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): Pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1978.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajatória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIANNA, F. J. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938. (3. ed.)

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

\_\_\_\_\_. *Raça e assimilação*. São Paulo: Editora Nacional, 1932. (Série Brasileira)